

A Globalização e a Nova Etapa de Organização do Capitalismo Mundial: uma abordagem histórico-conceitual.

Lier Pires Ferreira

Doutor em Direito – UERJ; Mestre em Relações Internacionais – IRI/PUC-Rio; Bacharel em Direito – UFF; Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais – UFF. Professor do IUPERJ/UCAM, do UBM e do CP2. Pesquisador do PROEALC/UERJ. Sócio do Ferreira & Pires Ferreira – Advogados.

A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.
Só a força os garante.
Tudo ficará como está.
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.
No mercado da exploração se diz em voz alta:
Agora acaba de começar:
E entre os oprimidos muitos dizem:
Não se realizará jamais o que queremos!
O que ainda vive não diga: jamais!
O seguro não é seguro. Como está não ficará.
Quando os dominadores falarem
falarão também os dominados.
Quem se atreve a dizer: jamais?
De quem depende a continuação desse domínio?
De quem depende a sua destruição?
Igualmente de nós.
Os caídos que se levantem!
Os que estão perdidos que lutem!
Quem reconhece a situação como pode calar-se?
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.
E o "hoje" nascerá do "jamais".

(Bertold Brecht)

Resumo.

O presente artigo visa a caracterizar a globalização como a expressão mais visível da nova lógica de organização do capitalismo global. Em outras palavras, estabelece que a globalização econômica, financeira e comercial, fenômeno ímpar no desenvolvimento civilizacional humano, está intrinsecamente vinculada à presente etapa de acumulação do capitalismo mundial. Assim, para que se possa adequadamente compreender este importante fenômeno que é a globalização, iremos historicizar a evolução histórica do capitalismo; estabelecer os liames adequados entre globalização e capitalismo; bem como destacar, ao final, as modificações que a globalização produz em importantes aspectos da vida social.

Palavras-chaves: Globalização; Estado; Capitalismo.

Resumen.

El presente artículo objetiva caracterizar la globalización como la expresión más visible de la nueva lógica de organización del capitalismo global. En otras palabras, establece que la globalización económica, financiera y comercial, fenómeno significativo para el desarrollo de la civilización humana, está intrínsecamente vinculada a la presente etapa de acumulación del capitalismo mundial. Así, para que se pueda adecuadamente comprender este importante fenómeno que es la globalización, abordaremos la evolución histórica del capitalismo; estableciendo los nexos adecuados entre globalización y capitalismo; bien como destacando, al final, las modificaciones que la globalización produce en importantes aspectos de la vida social

Palabras-claves: Globalización; Estado; Capitalismo.

Sumário.

Introdução. 1 O desenvolvimento histórico do capitalismo. 2 O alvorecer do capitalismo e a Revolução Industrial na Inglaterra. 3 A segunda Revolução Industrial e a derrocada do capitalismo liberal. 4 As novas crises do capitalismo global e a ascensão do neoliberalismo. Conclusão. Referências.

Introdução.

Em *Tendências da globalização, crise do Estado nacional e seus impactos sobre o Brasil*, Maria da Conceição TAVARES, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, fornece um conceito ótimo sobre globalização. Diz TAVARES que a globalização se refere

Ao estágio e as formas alcançadas presentemente pela internacionalização da produção [...] e pela difusão global de padrões tecnológicos no qual uma fração crescente do valor e da riqueza é produzida e distribuída mundialmente através de um sistema de redes privadas interligadas.¹

Sem prejuízo de outras interpretações possíveis sobre a globalização, o conceito oferecido explicita uma questão que, no presente texto, é essencial. A globalização é um fenômeno prioritariamente contemporâneo e econômico, e que, em franco processo de construção e desenvolvimento, está diretamente relacionada com o novo patamar de

¹ TAVARES, M. da C. *Tendências da globalização, crise do Estado nacional e seus impactos sobre o Brasil*. Caderno ANGE – textos didáticos, Rio de Janeiro, n. 6, 1994.

organização do capitalismo² global: o neoliberalismo³. Assim considerando, o presente artigo buscará:

- a) resgatar, do ponto de vista histórico e teórico, os elementos gerais das fases anteriores de desenvolvimento do capital;
- b) explicitar as novas realidades do capitalismo global, destacando, neste mister, algumas das consequências sociais mais significativas.

² Capitalismo é o sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e de propriedade intelectual. Neste sistema, busca-se a obtenção formal de lucro através do risco do investimento e das decisões quanto ao investimento de capital realizadas por agentes privados. A regulação da produção, distribuição e preços dos bens, serviços e recursos-humanos ocorre idealmente pelas forças da oferta e da procura. Esta visão do capitalismo, que destaca a propriedade privada dos meios de produção e a apropriação privada do produto do trabalho como elementos centrais da própria definição de capitalismo é coincidente com a propugnada pela tradição marxista e surge, como tal, pela primeira vez, nas páginas do clássico Manifesto do Partido Comunista, de 1848. Outra interpretação clássica está contida em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de Max Weber. Para Weber, o capitalismo “equivale à procura do lucro, de um lucro sempre renovado, da rentabilidade. (...). Chamaremos de ação econômica capitalista aquela que se basear na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro. (...). Onde a apropriação capitalista é racionalmente efetuada, a ação correspondente é racionalmente calculada em termo de capital. Isto significa que ela se adapta a uma utilização planejada de recursos materiais ou pessoais, como meio de aquisição, de tal forma que, ao término de um período econômico, o balanço da empresa em termos monetários exceda o capital, isto é, o valor estimado dos meios materiais de produção utilizados para a aquisição na troca. (WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1987, p. 04-05).

³ O neoliberalismo é uma adaptação e atualização do liberalismo clássico às novas condições sociais e históricas do capitalismo a partir dos anos 1980. A ideologia neoliberal surge em 1944, com a obra *O Caminho da Servidão*, de F. Hayek, embora, já em 1937, este autor lançasse as bases de seu pensamento como o livro *Economia e Conhecimento*. O neoliberalismo como ideologia se desenvolve em outras obras de Hayek e de outros pensadores, que formaram a “Sociedade de Mont-Pelerin”. No entanto, ao contrário do liberalismo, a ideologia antecedeu ao processo histórico prático, pois a época de surgimento destas obras era a do Estado de Bem Estar Social, cujos princípios e práticas são bem diferentes do liberalismo e do neoliberalismo, pois se fundamenta no intervencionismo estatal, tanto na vida econômica quanto na política social. É preciso enfatizar a distinção entre ideologia e Estado neoliberal. A ideologia neoliberal surge no pós-guerra e não teve ressonância, sendo uma “Ideia fora de época”. A obra de Hayek era pouco conhecida e ele era um pensador marginal na ciência econômica, pois a ideologia econômica dominante nesta época era o keynesianismo. Este período era marcado pelo Estado Integracionista, também chamado “de bem-estar social”, “keynesiano” ou “intervencionista”. A emergência do Estado neoliberal só ocorre algumas décadas depois. No entanto, alguns pesquisadores, abstraindo que o processo de produção das ideias é constituído socialmente e que sua influência depende de sua adequação ao momento histórico e aos interesses dominantes, analisam a emergência do neoliberalismo como um derivado das ideias neoliberais de Hayek e demais pensadores. Alguns fazem até um histórico de diversas escolas neoliberais, como a Escola austríaca (F. Hayek); a Escola de Chicago (T. ‘Schultz, G. Becker), a Escola de Virginia (J. Buchanan) e a escola “anarcocapitalista” (R. Nozick). Após os anos 1980 era possível acrescentar várias outras tendências neoliberais. No entanto, a emergência do Estado neoliberal não foi produto da aplicação da ideologia qualquer uma destas escolas e sim o resultado de um conjunto de transformações sociais que tornaram esta forma estatal necessária e, somente depois disso, as concepções destas escolas seriam resgatadas e outras criadas. Para compreender isso e preciso analisar a emergência histórica do Estado neoliberal. (VIANA, N. *Neoliberalismo: afinal o que é? Do contexto histórico e político à aplicação para o mundo moderno*. **Sociologia**.. ano 1, n. 1, p. 16).

1 O desenvolvimento histórico do capitalismo.

Enquanto modo de produção⁴, ou seja, enquanto forma de organização estrutural da vida social em nível econômico, político, cultural e jurídico, o capitalismo possui três etapas essenciais. A primeira vai da sua formação, entre os séculos XV e XVI, até o séc. XIX, quando a versão liberal do capitalismo viveu seu auge. Nesta etapa, momento especial dá-se ao longo do séc. XVIII, quando, na Inglaterra, ocorre a Revolução Industrial. A segunda etapa vai da transição do séc. XIX para o séc. XX, quando se dá a II Revolução Industrial, até os anos 70 do século passado. A terceira e última, na qual estamos historiicamente inseridos, dá-se a partir dos anos 70, quando ocorre a chamada III Revolução Industrial e a eclosão de dois fenômenos geminados: a globalização e o neoliberalismo. A seguir, vejamos-se-á cada uma delas, afim de que, por essa análise, se possa melhor compreender as intensas transformações que ocorrem no presente.

2 O alvorecer do capitalismo e a Revolução Industrial na Inglaterra.

O progresso das novas tecnologias de produção, que vieram agregando-se paulatinamente ao processo produtivo das sociedades européias desde o período medieval, é classicamente compreendido como o elemento que possibilitou a eclosão da Revolução Industrial na Inglaterra do séc. XVIII e a afirmação histórica do capitalismo. É evidente que não se pretende, no presente artigo, minimizar os impactos da tecnologia no processo produtivo, e muito menos na dinâmica de câmbio das sociedades européias ao longo da modernidade⁵. Inobstante, é evidente que a técnica, por si, não causa

⁴ Modo de Produção. Conceito da economia marxista que é definido pelo conjunto das forças produtivas e das relações de produção. O modo de produção se confunde, de certa maneira, com a estrutura econômica da sociedade, englobando a produção, distribuição, circulação e consumo. Em *O Capital*, Marx ocupa-se fundamentalmente em analisar o modo de produção capitalista, mas não chega a definir com clareza o conceito de modo de produção. Louis Althusser entende o modo de produção como uma totalidade que articula a estrutura econômica, a estrutura político-jurídica (leis, Estado) e uma estrutura ideológica (ideias, costumes). A existência concreta de um modo de produção estaria numa formação social localizada. Para outros teóricos marxistas, o conceito de formação social abrange o modo de produção e a superestrutura da sociedade. Teoricamente, numa formação social concreta podem estar presentes vários modos de produção, tendo um como dominante. Distinguem-se, ao longo da história, vários modos de produção: o *comunista primitivo*, o *escravista*, o *feudal*, o *capitalista* e o *socialista*. Embora a questão da sucessividade histórica obrigatória dos modos de produção tenha dominado os estudos marxistas por muito tempo, ela não encontra respaldo teórico nas obras de Marx e mesmo de Engels. Tendo aparecido num texto de Lênin, foi depois dogmatizada por Stálin. Mais recentemente, têm-se aprofundado os estudos sobre o modo de produção asiático, mencionado mas não estudado detidamente por Marx. (SANDRONI, P. **Dicionário de Economia e Administração**. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 281).

⁵ A modernidade costuma ser entendida como um ideário ou visão de mundo que está relacionada ao projeto de mundo moderno, empreendido em diversos momentos ao longo da Idade Moderna e consolidado com a Revolução Industrial [estando] normalmente relacionada com o desenvolvimento do

qualquer tipo de transformação. Na verdade, a própria transformação evolutiva das técnicas, sejam técnicas e tecnologias produtivas, sejam de qualquer outra natureza, está diretamente relacionada com os elementos sociais, isto é, econômicos, políticos, jurídicos e culturais que perpassam o meio social no qual tais técnicas eclodem. Esta visão interativa, que estabelece uma dialética necessária entre técnica, história e sociedade, é explicitada, entre outros, por Milton SANTOS, ex-professor da Universidade de São Paulo – USP, para quem

O desenvolvimento da História vai de par ao desenvolvimento das técnicas. Kant dizia que a história é um progresso sem fim; acrescentemos que é também um progresso sem fim das técnicas. A cada evolução técnica, uma nova etapa histórica se torna possível. As técnicas se dão como famílias. Nunca, na história do homem, aparece uma técnica isolada; o que se instala são grupos de técnicas, verdadeiros sistemas. Um exemplo banal pode ser dado com a foice, a enxada, o ancinho, que constituem, num dado momento, uma família de técnicas. Essas famílias de técnicas transportam uma história, cada sistema técnico representa uma época. Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica. Ela vai permitir duas grandes coisas: a primeira é que as diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas. A técnica da informação assegura esse comércio, que antes não era possível. Por outro lado, ela tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico. Ao surgir uma nova família de

Capitalismo. (...). A Idade Moderna é um período específico da História do Ocidente. Ela se destaca das demais por ter sido um período de transição por excelência. Tradicionalmente aceita-se o início estabelecido pelos historiadores franceses, 1453, quando ocorreu a tomada de Constantinopla pelos Turcos otomanos, e o término com a Revolução Francesa, em 1789. Entretanto, apesar de a queda de Constantinopla ser o evento mais aceito, não é o único. Tem sido propostas outras datas para o início deste período, como a Conquista de Ceuta pelos portugueses, em 1415, a viagem de Cristóvão Colombo ao continente americano, em 1492, ou a viagem à Índia de Vasco da Gama, em 1497. Algumas correntes historiográficas anglo-saxônicas preferem trabalhar com o conceito de *Tempos Modernos*, entendido como um período não acabado, introduzindo nele subdivisões entre *Early Modern Times* (mais antiga) e *Later Modern Times* (mais recente), ou então procedem a uma divisão entre sociedades pré-industriais e sociedades industriais. A noção de *Idade Moderna* tende a ser desvalorizada pela historiografia marxista, que prolonga a Idade Média até ao advento das Revoluções Liberais e ao fim do regime senhorial na Europa, devido à ampla ação das Cruzadas, que expandiram o comércio na Europa. A dificuldade da delimitação cronológica do período se deve, principalmente, às divergências de interpretação quanto à origem e evolução do Sistema Capitalista. Contudo, o período histórico que vai do século XV ao XVIII é, genericamente percebido com um "período de transição". A época moderna pode ser considerada, exatamente, como uma época de "revolução social" cuja base consiste na "substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista". O Renascimento Comercial que vinha ocorrendo desde a baixa Idade Média (séculos XI, XII e XIII), apresentava o seguinte quadro: no Mediterrâneo: fazia-se a ligação entre a Europa e Oriente envolvendo as cidades italianas e os árabes; no Norte da Europa: ligando o Mar do Norte ao Mar Báltico, predominavam os comerciantes alemães; no Litoral Atlântico da Europa: através da navegação de cabotagem, ligava-se o Mar do Norte ao Mediterrâneo; no Interior do Continente Europeu: predominam antigas rotas terrestres. As Feiras, as Cruzadas e o surgimento dos Burgos, ao longo da Idade Média, eram sinais, também, de que o comércio renascia. A partir do século XV o comércio cresceu extraordinariamente, fruto, naturalmente, de modificações ocorridas no interior das sociedades feudais europeias (aumento da população, crescimento das cidades, desenvolvimento das manufaturas, etc). (Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Idade_Moderna. Consultado em: 30 de março de 2007).

técnicas, as outras não desaparecem. Continuam existindo, mas o novo conjunto de instrumentos passa a ser usado pelos novos atores hegemônicos, enquanto os não hegemônicos continuam utilizando conjuntos menos atuais e menos poderosos. Quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas; torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual.⁶

Dado posto, embora dinamizado por modificações técnicas e tecnologias, é certo que o alvorecer do capitalismo só pode ser compreendido no âmbito do esgotamento estrutural do modo feudal de produção. De modo geral, a historiografia ocidental consagra quatro fatores determinantes para a transposição da sociedade senhorial, cujo modo de produção típico é o feudalismo⁷, para a sociedade capitalista, ou seja, para a sociedade cujo modo de produção está vinculado à organização capitalista da vida social:

a) *fatores econômicos*: dentre os fatores que determinaram o surgimento do capitalismo está o desenvolvimento comercial que floresceu no período renascentista e seguinte. A esse capital acumulado pelo incremento das trocas comerciais somaram-se outros, advindos do arrendamento das terras senhoriais para a parcela de produtores burgueses que se aventuram nos

⁶ SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 24-25.

⁷ O feudalismo foi um modo de produção baseado nas relações servo-contratuais (servis) de produção. Tem suas origens na desintegração da escravidão romana. (...). Com a decadência e a destruição do Império Romano do Ocidente, por volta do século V d.C. (de 401 a 500), como consequência das inúmeras invasões dos povos bárbaros e das más políticas econômicas dos imperadores, várias regiões da Europa passaram a apresentar baixa densidade populacional e baixo desenvolvimento urbano. Isso ocorria devido às mortes provocadas pelas guerras, às doenças e à insegurança existentes logo após o fim do Império Romano. A partir do século V d.C. entra-se na chamada Idade Média, mas o sistema feudal (Feudalismo) somente passa a vigorar em alguns países da Europa Ocidental a partir do século IX d.C., aproximadamente. [De fato, é imprescindível reconhecer, no processo de afirmação histórica do feudalismo que] o esfacelamento do Império Romano do Ocidente e as invasões bárbaras que estavam em diversas regiões da Europa favoreceram sensivelmente as mudanças econômicas e sociais que vão sendo introduzidas, principalmente na Europa Ocidental, e que alteram completamente o sistema de propriedade e de produção característicos da Antiguidade. Essas mudanças acabam revelando um novo sistema econômico, político e social que veio a se chamar Feudalismo. (...). O Feudalismo vem da fusão de duas culturas: a Germânica e a Romana. (...). A sociedade feudal era composta por três estamentos (três grupos sociais com *status* fixo): o clero, a nobreza e os camponeses. O clero tinha como função oficial rezar. Na prática, exercia grande poder político sobre uma sociedade bastante religiosa, onde o conceito de separação entre a religião e a política era desconhecido. A nobreza (também chamados de senhores feudais) tinha como principal função guerrear, além de exercer considerável poder político sobre as demais classes. Os servos, constituíam a maior parte da população camponesa, presos à terra e sofrendo intensa exploração, era obrigada a prestar serviços a nobreza e a pagar-lhe diversos tributos em troca da permissão de uso da terra e de proteção militar. (...). Essa descrição da vida feudal que retrata a burguesia invariavelmente como vítima de uma vida miserável e opressiva é um bordão que vem sendo desafiado ou relativizado por estudos contemporâneos. Um exemplo desses estudos é a constatação de que os habitantes do norte da Europa que viveram na Alta Idade Média entre os anos 800 e 1100 tinham, em média, 1,73 centímetros de altura; ou seja, eram apenas 05 centímetros mais baixos que seus descendentes de hoje. Esses nórdicos medievais também eram significativamente mais altos do que os que viveram, por exemplo, durante a Revolução Industrial quando a altura média era de 1,69 centímetros. A altura média de uma população é considerada um forte indicador de sua saúde e qualidade de vida de hoje. (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Feudalismo>. Consultado em 30 de março de 2007).

campos (zonas rurais) com novas técnicas de produção; da hegemonização pelas potências europeias do comércio marítimo; da desmobilização de bens da Igreja Católica por práticas expropriatórias de diversas igrejas protestantes, dentre outros. Assim, a abundância de dinheiro e a organização cada vez maior do sistema financeiro facilitaram a aquisição de capitais por agentes privados, particulares, fornecendo o gatilho monetário da Revolução Industrial;

b) *fatores sociais*: A reorganização das relações sociais facultada pelo afrouxamento dos laços feudais foi um dos grandes propulsores do capitalismo e da própria Revolução Industrial. Esta reorganização possibilitou transformações radicais no fluxo de comércio; alterou as bases da produção agrícola e redesenhou a organização geoespacial dos povos (tanto no plano da dicotomia campo x cidade, quanto no escopo dual da relação local x nacional e nacional x internacional). Como legado, impôs a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana e crescentemente manufatureira; a substituição da tração humana e/ou animal para a utilização em larga escala do carvão como unidade básica de energia produtiva; e a mudança do trabalho artesanal e/ou campesino para o trabalho livre e assalariado; dentre tantos outros elementos;

c) *fatores políticos*: Nesse campo não há dúvidas de que o elemento mais destacado foi a afirmação histórica do Estado nacional. Primeiro na Europa, e depois em todo o mundo conhecido, o Estado nacional converteu-se de um instrumento de afirmação do poder do Rei para um instrumento de dominação da burguesia em ascensão;

d) *fatores religiosos*: Entre os séculos XVII e XVIII muitos intelectuais como Petty, Montesquieu e Buckle já haviam notado a relação entre o protestantismo e capitalismo. No entanto, foi em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* que Max Weber investiga as razões do capitalismo se haver desenvolvido inicialmente em países como a Inglaterra, a Holanda ou Alemanha, e não nas grandes potências econômicas ibéricas. Sua conclusão, na linha aberta por Montesquieu e outros, é de que isso se deve aos hábitos de vida promovidos nestes países pelo Protestantismo. Weber afirma que a mundividência, a ética e os valores do protestantismo, em particular de sua matriz puritana e calvinista, influenciaram decisivamente o desenvolvimento do Capitalismo. Focando as diferenças entre católicos e protestantes no que diz respeito à condução da vida econômica, Weber afirma que “o católico é mais tranqüilo, tem menos impulso aquisitivo; prefere uma vida, a mais segura possível, mesmo que isto implique em uma renda menor, à uma vida arriscada e cheia de excitação, mesmo que essa torne possível a obtenção de honrarias e riquezas. Isso é comprovado de maneira irônica pelo provérbio ‘como ou durma bem’. No presente caso, o protestante prefere saciar-se, e o católico dormir sem ser perturbado.”⁸

Esta ampla gama de transformações, que, ocorrida de forma assimétrica em toda a Europa, determinou o surgimento do capitalismo, encontrou na Inglaterra do séc. XVIII as condições ideais para o seu pleno desenvolvimento. Daí ter sido na Inglaterra, e não em qualquer outro país, que a Revolução Industrial tenha eclodido em primeiro lugar. De fato, foi principalmente na Inglaterra que o aumento das relações comerciais externas, conjugado com o incremento da produção manufatureira, favoreceu com que o

⁸ WEBER, M. *Op. Cit.*, p. 23.

ouro e a prata produzidos nas Américas pelas potências marítimas da Península Ibérica viessem a permitir uma acumulação primitiva de capitais. Foi na Inglaterra, dentre todas as nações europeias, onde melhor se organizou uma força corsária que, tendo transformando a pirataria em política de Estado, sangrou as esquadras portuguesas e espanholas. Também foi na Inglaterra que a afirmação do Estado nacional melhor representou os interesses de classe da burguesia. Ali, a transposição do poder do monarca para a burguesia transcorreu de forma dolorosa e sangrenta ao longo do séc. XVII, só sendo equacionada com a Revolução Gloriosa, de 1688, a partir da qual foi estabelecida uma monarquia constitucional, parlamentar, onde o Rei reina mas o governo se encontra nas mãos do Parlamento, dominado pelas novas elites burguesas. Por fim, foi na Inglaterra que a ética protestante de matriz calvinista e puritana alcançou sua plenitude, favorecendo a um comportamento econômico que fez do lucro um sinal da predestinação e da graça divina.

Cruzando o Canal da Mancha em direção ao continente, a Revolução Industrial firmou-se como o mais poderoso símbolo de uma nova era: a era do capital. Tendo o liberalismo emanado de teóricos com John Locke, Montesquieu, Adam Smith e David Richard como base teórica e ideológica, afirmou-se na Europa Ocidental um modo de organização da vida social que, em suas diferenças, postulava a propriedade privada dos meios de produção; a livre iniciativa como base das relações econômicas e jurídicas; e a liberdade como valor universal e como fundamento da relação entre Estado e Sociedade Civil. Nesta nova ordem, a organização do poder político e social era monopólio do Estado. Já as atividades econômicas deveriam ficar adstritas aos agentes privados, trabalhadores e produtores, que, postos em situação de igualdade formal, jurídica, atuavam em relação de livre competição, em uma relação cuja *lex mater* não era a constituição política, mas, essencialmente, o mercado.

3 A segunda Revolução Industrial e a derrocada do capitalismo liberal.

No clássico *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Engels já apontavam um aspecto central para a compreensão dos câmbios e alterações do sistema capitalista que se cristalizaram ao final do séc. XIX: o fato de que a burguesia só pode subsistir enquanto classe na medida em que revoluciona continuamente a si mesma e ao meio social no qual se insere, de modo que crise, transformação e mudança são elementos inerentes à própria organização capitalista. Dizem os próceres do

comunismo:

A própria burguesia moderna é produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma, série de revoluções (*Umwilzungen*) nos modos de produção e de troca. Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente. Estamento (*Stand*) oprimido sob o domínio dos senhores feudais, associações armadas e autônomas na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia, depois, no período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia corporativa (*stiindischen*) ou absoluta e, em geral, principal fundamento das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial; conquistou finalmente o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. O poder político exclusivo do Estado moderno nada mais é do que um comitê (*Ausschuss*) para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa. A burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário. Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre homem e homem outro vínculo que não o interesse nudo e cru (*das nackte Interesse*), o insensível "pagamento em dinheiro". Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas, e duramente conquistadas colocou unicamente a liberdade de comércio sem escrúpulos. Numa palavra, no lugar da exploração mascarada por ilusões políticas e religiosas colocou a exploração aberta, despudorada, direta e árida. A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então consideradas dignas de veneração e respeito. Transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência. A burguesia rasgou o véu de comovente sentimentalismo que envolvia as relações familiares e as reduziu a meras relações monetárias. A burguesia revelou como a brutal manifestação de força que a reação tanto admira na Idade Média encontrava seu complemento apropriado na mais desleixada indolência. Foi a primeira a mostrar o que pode realizar a atividade humana. Criou maravilhas que nada têm a ver com as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, e as catedrais góticas; realizou expedições muito diversas das migrações dos povos e das Cruzadas. A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais.⁹

Esse elemento revolucionário inscrito na própria essência do capitalismo aflorou de modo gritante na transição do séc. XIX para o séc. XX, sendo identificado, pela historiografia ocidental, como II Revolução Industrial, ou seja, a superação histórica do capitalismo liberal pela união do capital financeiro ao capital industrial.

Se durante o século XIX a supremacia do liberalismo foi indiscutível - conquanto seja certo que o Estado jamais tenha se privado completamente de intervir no domínio econômico, atuando historicamente como dinamizador e propulsor dos interesses gerais das diversas burguesias nacionais - é certo que este período de

⁹ MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 68-69.

calmaria foi suplantado por práticas e processos gestados no bojo desta própria centúria, e que tiveram na burguesia seu elemento central. Para tal, concorreram fatores intestinos, como o robustecimento do movimento socialista, que unia as diversas facções da burguesia em oposição a um inimigo comum, o proletariado; a expansão do ensino universitário e dos centros de pesquisas, que proporcionavam avanços científicos e tecnológicos rapidamente incorporados ao processo produtivo das empresas e ao arsenal bélico dos Estados¹⁰; bem como, e principalmente, novas práticas de política externa, como as políticas neocolonialistas na Ásia e na África. No bojo de um movimento que se iniciou em 1830, quando a França se apoderou da Argélia, e continuou quando Leopoldo II, Rei da Bélgica, partiu para a conquista do Congo, foi a partir de suas respectivas políticas externas, guiadas pela matriz realista das relações internacionais¹¹, que as potências européias se engalfinharam em uma disputa imperialista que promoveu um retalhamento total dos territórios da Ásia e da África.

Essa corrida imperialista não foi movida por sentimentos religiosos, como as cruzadas¹², ou pela necessidade de novas fontes de riqueza, como o ouro, a prata e as especiarias, vetores essenciais para a compreensão da colonização das Américas, operada a partir do final do séc. XV¹³. Ao contrário, este novo ciclo dá-se pela

¹⁰ A partir dos anos 50/60 esta já clássica aliança entre os segmentos mais dinâmicos da burguesia industrial e financeira com os altos escalões governamentais e militares passa a ser um dos aspectos mais sombrios e pouco estudados do segundo pós-guerra. Em nível conceitual, esta relação pode ser sintetizada na expressão Complexo Industrial Militar - CIM. Para Sandroni, CIM é a “expressão cunhada pelo presidente dos Estados Unidos, D. Eisenhower, (17-01-1961) para designar a íntima associação que existe entre as empresas produtoras de material bélico, os altos comandos militares e líderes políticos norte-americanos. O complexo industrial militar representa, na denúncia feita por Eisenhower, o conjunto das forças sociais e políticas que detém a hegemonia da sociedade norte-americana, influenciando decisivamente os rumos de sua vida política, econômica e as relações com o exterior, sobretudo com a União Soviética. Para muitos analistas que assumem posição crítica em relação ao complexo industrial militar, esse sistema articula-se no sentido de impulsionar cada vez mais “a economia armamentista permanente”. Além do aspecto puramente político - segurança nacional -, a corrida armamentista não corresponde apenas aos interesses das companhias produtoras de armamentos, mas representa, em certa medida, uma saída para as crises cíclicas inerentes à economia capitalista.” (SANDRONI, P. *Op. Cit.*, p. 83)

¹¹ A versão realista, inspirada na escola histórica de Tucídides, no pragmatismo político de Maquiavel, e na “teoria estratégica” de Clausewitz, enfatiza que os Estados se controlam mutuamente através de mecanismos de balança de poder. Neste sentido, é a própria dinâmica de suas relações recíprocas que informa as políticas ótimas a serem racionalmente empreendidas pelos Estados nacionais. (PIRES FERREIRA, L. *Op. Cit.*, p. 26).

¹² Chama-se cruzada a qualquer um dos movimentos militares, de caráter cristão, que partiram da Europa Ocidental e cujo objetivo era colocar a Terra Santa (nome pelo qual os cristãos denominavam a Palestina) e a cidade de Jerusalém sob a soberania dos cristãos. Estes movimentos estenderam-se entre os séculos XI e XIII, época em que a Palestina estava sob controle dos turcos muçulmanos. Os ricos e poderosos cavaleiros da Ordem de São João de Jerusalém (Hospitalários) e dos Cavaleiros Templários foram criados pelas Cruzadas. O termo é também usado, por extensão, para descrever, de forma acrítica, qualquer guerra religiosa ou mesmo um movimento político ou moral. (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Feudalismo>. Consultado em 30 de março de 2007).

¹³ O marco inicial formal da colonização das Américas é a chegada do navegador genovês Cristóvão Colombo ao continente, no ano de 1492, sob a bandeira de Aragão e Castela.

necessidade de expansão dos mercados, bem como pelo controle monopolista das fontes de matérias primas e de alocação para o excedente da produção manufatureira e industrial. Orientada por interesses econômicos nacionais, esta nova etapa da acumulação industrial tem na união do capital financeiro com o capital industrial seu elemento caracterizador, e na revolução técnica dos transportes seu viés de realização.

De fato, a partir do final do século XIX o capital financeiro não limitou sua função social de mercado ao mero financiamento das atividades fabris, mas passou ele mesmo a associar-se com grandes grupos industriais em busca de novas fontes de riquezas. Em um movimento que determinou a fusão crescente entre pequenas e médias empresas, absorvidas por grandes grupos nacionais, bem como entre diversos grupos nacionais, transformados em mega empresas monopolistas cujo escopo restrito dos seus respectivos mercados nacionais já não atendia às suas necessidades de expansão, as práticas monopolistas e oligopolistas¹⁴ levaram à derrocada da velha lógica concorrencial, concentrando riqueza e poder nas mãos de poucos grupos econômicos, cujos interesses particulares em diversas partes do mundo se confundiam com os interesses gerais de seus respectivos Estados nacionais. Apoiados em novas técnicas de transporte, como a navegação à vapor e as ferrovias, e em novas técnicas de comunicação, como o telégrafo e a telefonia fixa, essa nova aliança estratégica representou uma verdadeira revolução produtiva, cujo elemento mais destacado foi a criação do mercado mundial¹⁵. Vive-se agora a época do consumo de massa, cujo

¹⁴ Monopólio. Forma de organização de mercado, nas economias capitalistas, em que uma empresa domina a oferta de determinado produto ou serviço que não tem substituto. O monopólio puro é raro, sendo mais comum o oligopólio, no qual um pequeno grupo de empresas detém a oferta de produtos e serviços, ou a concorrência imperfeita, na qual uma ou mais características de monopólio estão sempre presentes. Uma comissão de investigações inglesa criada em 1948 enquadrava na categoria de monopólio toda empresa ou grupo de empresas que controlasse mais de um terço do mercado. Quando o mercado é dominado de forma monopolista, a entrada de outras empresas no setor é barrada pela impossibilidade de conseguir custos de produção competitivos (ou a colocação dos produtos junto ao público consumidor) com as empresas monopolistas. Estas, ao mesmo tempo, por sua condição, podem adotar práticas restritivas à concorrência, ficando livres para fixar preços que lhes propiciem maiores lucros (preços de monopólio). A legislação da maioria dos países proíbe o monopólio, com exceção daqueles exercidos pelo Estado - produtos estratégicos (como petróleo e energia elétrica) e serviços públicos (correios, telecomunicações) - e os monopólios temporários, garantidos pela posse de patentes e direitos autorais. Contudo, a tendência comum é a de as empresas exercerem práticas monopolistas por meio de expedientes, como os "acordos de cavalheiros", *pools*, cartéis, consórcios, trustes e outras formas de disfarçar o domínio do mercado. (SANDRONI, P. *Op. Cit.*, p. 286-287).

¹⁵ A esse respeito, Marx e Engels já afirmavam que "a necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países." (MARX, K.; ENGELS, F. *Op. Cit.*, p. 69).

grande símbolo e mecanismo produtivo/gerencial é o *fordismo*¹⁶. Vive-se a II Revolução Industrial: a era do capitalismo internacional.

O consórcio entre interesses financeiros e industriais alimentou uma corrida produtiva e bélica cujas expressões históricas mais evidentes são as Grandes Guerras Mundiais do século XX e a crise da bolsa de Nova York, de 1929. O resultado destes conflitos e crises, no entanto, foi a derrocada do liberalismo enquanto matriz de organização jurídica, política e ideológica do capitalismo. Estava em marcha uma nova revolução do capital.

Em resposta aos desafios lançados pelas duas guerras mundiais (em cujo bojo se encontram a ascensão do comunismo de Estado, pela Revolução Russa de 1917, e a emergência dos regimes nazi-fascistas, a partir do final dos anos 20), e pela crise de 1929 (cujos efeitos deletérios a credenciam como a primeira crise mundial do capitalismo) passou a vigir nas sociedades de capitalismo maduro, ou seja, na Europa Ocidental e na América do Norte, México inclusive, uma nova organização do capital, caracterizada pelo dirigismo estatal, a qual se convencionou denominar *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social - EBES¹⁷.

¹⁶ Idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company, o **fordismo** se caracteriza por ser um método de produção caracterizado pela produção em série, sendo um aperfeiçoamento do taylorismo. Ford introduziu em suas fábricas as chamadas linhas de montagem, nas quais os veículos a serem produzidos eram colocados em esteiras rolantes e cada operário realizava uma etapa da produção, fazendo com que a produção necessitasse de altos investimentos e grandes instalações. O método de produção fordista permitiu que Ford produzisse mais de 2 milhões de carros por ano, durante a década de 1920. O veículo pioneiro de Ford no processo de produção fordista foi o mítico Ford Modelo T, mais conhecido no Brasil como "Ford Bigode". O fordismo teve seu ápice no período posterior à Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1950 e 1960, que ficaram conhecidas na história do capitalismo como *Os Anos Dourados*. A crise sofrida pelos Estados Unidos na década de 1970 foi considerada uma crise do próprio modelo, que apresentava queda da produtividade e das margens de lucros. A partir da década de 1980, esboçou-se nos países industrializados um novo padrão de desenvolvimento denominado pós-fordismo ou modelo flexível (toyotismo), baseado na tecnologia da informação. (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/fordismo>. Consultado em 31 de março de 2007).

¹⁷ Cabe notar que a periferia do sistema capitalista jamais vivenciou qualquer forma de organização socioeconômica que se aproximasse do EBES. No período em que as políticas de bem-estar vigoraram em sua plenitude, ou seja, a partir da segunda metade dos anos 40, a periferia do capitalismo revivia novas variações das políticas populistas. Em nível histórico se denominam populistas os movimentos que sepropuseram a colocar as massas populares no epicentro das ações políticas, fragmentando as bases da democracia representativa. Na América Latina, o populismo se identificou, principalmente a partir dos anos 1930, com as dinâmicas de industrialização, urbanização e ruptura com as estruturas oligárquicas. Críticas à parte, não se pode olvidar que aqui o populismo foi um poderoso mecanismo de integração das massas à vida política, conquanto tenha realizado tal incorporação de forma subordinada, colocando líderes carismáticos e autoritários como mediadores entre as massas e o aparelho de Estado, favorecendo o desenvolvimento econômico e social, mas dentro de uma moldura estritamente burguesa. No plano econômico o populismo é identificado com políticas nacionalistas de substituição de importações, estatização de atividades estratégicas, imposição de restrições ao capital estrangeiro e concessão de direitos sociais. No entanto, os regimes populistas freqüentemente dedicaram-se à repressão policial dos movimentos organizados da sociedade civil e sempre realizaram sua ação reformista dentro de um quadro puramente capitalista. No Brasil, a tradução mais completa das políticas populistas deu-se no âmbito do

Essa forma de organização da produção capitalista, e por conseguinte da própria vida social, granjeou grandes avanços sociais entre os anos 40 e 60 (os trinta anos gloriosos ou anos dourados do capital internacional). Em suas linhas mestras, o EBES pautava-se sobre os seguintes princípios:

- a) Desenvolvimento econômico induzido pelo Estado e políticas públicas de geração de trabalho e renda com vistas à obtenção do pleno emprego;
- b) Promoção do bem-estar social, com a garantia a direitos sociais básicos como educação, saúde, moradia, etc.;
- c) Disciplinamento do mercado e da livre iniciativa, subordinando-os aos interesses sociais e às normas estatais;
- d) Presevação dos direitos civis e políticos no âmbito de um estado democrático de direito que manteve, inclusive, os direitos dos grupos minoritários, quer de matriz política, quer de matriz social.

Além destas conquistas, que já garantiriam ao EBES um espaço nobre nas estruturas formais de organização do poder político, as políticas intervencionistas de base keynesiana¹⁸ também foram hábeis no sentido de limar os resquícios do

governo Vargas, que subiu ao poder através de golpe de Estado nos anos 30, permanecendo como ditador até 1945. Em 1951 foi eleito democraticamente, governando até suicidar-se em 1954.

¹⁸ Keynesianismo é a doutrina criada pelo inglês John Maynard Keynes que consiste numa organização político-econômica, (...), fundamentada na afirmação do Estado como agente de controle (...) da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Tais teorias tiveram enorme influencia na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. (...). A escola de pensamento econômico keynesiana tem suas origens no livro escrito por John M. Keynes chamado *Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda*. Rápidamente muitos economistas se converteram à nova escola o que foi chamado de revolução keynesiana. A escola keynesiana se fundamenta no princípio de que o ciclo econômico não é auto-regulador como pensavam os neoclássicos, uma vez que é determinado pelo "espírito animal" dos empresários. É por esse motivo, e pela ineficiência do sistema capitalista em empregar todos que querem trabalhar, que Keynes defende a intervenção do Estado na economia. (...). A teoria de Keynes é baseada no princípio de que os consumidores alocam as proporções de seus gastos em bens e poupança, em função da renda. Quanto maior a renda, maior a percentagem da renda poupada. Assim se a renda agregada aumenta, em função do aumento do emprego, a taxa de poupança aumenta simultaneamente. E como a taxa de acumulação de capital aumenta, a produtividade marginal do capital se reduz, e o investimento é reduzido já que a lucratividade é proporcional a produtividade marginal do capital. Então ocorre um excesso de poupança, em relação ao investimento, o que faz com que a demanda efetiva fique abaixo da oferta e assim o emprego se reduza para um ponto de equilíbrio onde a poupança e o investimento fiquem iguais. Como esse equilíbrio pode significar a ocorrência de desemprego involuntário em economias avançadas (onde a quantidade de capital acumulado seja grande e sua produtividade seja pequena), Keynes defendeu a tese de que o Estado

extremismo radical, de esquerda e de direita, promovendo uma ambiência de paz social no qual sindicatos, partidos políticos, grupos corporativos empresariais, associações da sociedade civil, dentre outros, possuíam canais minimamente adequados de expressão de suas necessidades junto à máquina pública/estatal. Sob tal diáspora as economias centrais se robusteceram, ampliando crescentemente seu escopo de atuação. Prosperaram, neste período, empresas e corporações multinacionais, que, lastreadas na excelência de uma mão-de-obra superqualificada; em mercados consumidores internos com alto poder aquisitivo; em plantas científicas e tecnológicas cada vez mais sofisticadas; bem como em relações comerciais que deterioravam crescentemente o valor das matérias primas e das *commodities*¹⁹; transformaram as antigas colônias das Américas, da Ásia e da África em parceiros dependentes no processo de afirmação deste novo patamar de desenvolvimento do capitalismo mundial. Esta nova forma de organização do capital irá viscejar até os anos 70, quando um novo ciclo de crises irá abalar as estruturas do organização capitalista.

4 As novas crises do capitalismo global e a ascensão do neoliberalismo.

O EBES, também denominado Estado Assistencialista ou Estado Previdenciário, foi a alternativa que as economias de capitalismo maduro encontraram à força crescente do proletariado, organizado em partidos políticos e sindicatos; ao risco de novos levantes populares, à exemplo da Comuna de Paris, em 1871, e da Revolução Russa, de 1917; à emergência dos regimes antiliberais de extrema direita (Fascismo e Nazismo) e esquerda (Socialismo); e à crescente rivalidade entre os Estados nacionais, que conduziu

deveria intervir na fase recessiva dos ciclos econômicos com sua capacidade de imprimir moeda para aumentar a demanda efectiva através de déficits do orçamento do Estado e assim manter o pleno emprego. [Ao contrário do que asseveram seus críticos], Keynes nunca defendeu a estatização da economia, nos moldes em que foi feita na União Soviética. O que Keynes defendia, na década de 1930, e que hoje Stiglitz e os novos-desenvolvimentistas defendem, é uma participação ativa de um Estado *enérgico* nos segmentos da economia que, embora necessários para o bom desenvolvimento de um país, *não interessam ou não podem ser atendidos pela iniciativa privada*. Não se trata promover uma *competição* entre o Estado e o mercado, mas sim de obter uma adequada *complementação* ao mercado, que sozinho não é capaz de resolver todos os problemas, em busca de uma maior eficiência geral da Economia. (Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_keynesiana. Consultado em 31 de março de 2007).

¹⁹ COMMODITY (“mercadoria”, em inglês). Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre, etc. Alguns centros se notabilizaram como importantes mercados desses produtos (*commodity exchange*). Londres, pela tradição colonial e comercial britânica, é um dos mais antigos centros de compra e venda de *commodities*, grande parte das quais nem sequer passa por seu porto. (SANDRONI, P. *Op. Cit.*, p. 82-83).

a uma corrida armamentista que fragmentou o precário equilíbrio da *balança de poder* das relações internacionais. Neste quadro, outro elemento de destaque é a competição fratricida entre as grandes corporações monopolistas que, constituídas pelo domínio dos mercados nacionais e internacionais de consumo e fornecimento de matérias primas, representavam a internacionalização do capital pela união entre agentes industriais e financeiros.

A consecução desta nova realidade econômica provocou o aumento da estrutura administrativa do Estado e ampliou os espaços técnicos e políticos da burocracia. Para financiar esta nova organização e as novas despesas públicas, o Estado promoveu uma sistemática política redistributiva de renda, cobrando impostos e tributos da burguesia para garantir emprego e assistência para a população. Aumentando crescentemente a presença do Estado na vida econômica e social, fato que contrariava frontalmente a lógica liberal que vigera hegemônica no período anterior, o EBES não contemplava, e nem poderia, todos os interesses sociais. Do ponto de vista da burguesia nem todos os setores auferiam o mesmo patamar de capitalização junto ao estado e à própria sociedade civil visando a manutenção/ampliação das suas estruturas produtivas. Ou seja, todos ganhavam, mas uns ganhavam mais do que os outros. Do ponto de vista dos trabalhadores, cada nova conquista ensejava uma nova demanda e, por conseguinte, novas despesas que significavam novas taxas, impostos e tributos. Do ponto de vista internacional, o recrudescimento da exploração dos países subdesenvolvidos era crescente, fazendo com que, a cada dia, as economias centrais se tornassem ilhas de prosperidade e bem-estar, cercadas por crescente miséria por todos os lados.

Todos estes problemas ganharam maior vulto quando as relações leste-oeste se tornaram menos tensas, ou seja, quando as relações entre os dois grandes polos de poder mundial, o capitalismo, comandado pelos EUA; e o socialismo, capitaneado pela antiga URSS, foram abrandadas. A partir daí, tendo derrotado (com a ajuda dos Socialistas) os regimes extremistas de direita (desde o fim da II Guerra Mundial) e não tendo mais o que temer dos socialistas/comunistas, que se encontravam em franca decadência econômica, os setores mais conservadores da burguesia enfocam um novo alvo preferencial: o EBES.

Os fatores que conduziram à derrocada do EBES podem ser divididos em internos e externos.

Do ponto de vista interno, é fato que para atender ao avanço dos direitos sociais o Estado sugava cada vez mais recursos da sociedade, o que conduziu, concretamente, à

uma perda de competitividade econômica das sociedades de capitalismo maduro, principalmente em face das economias emergentes do sudeste asiático, da China e, então, principalmente do Japão. Além disso, a transição dos anos 60 para os anos 70 marcaram a eclosão de múltiplos movimentos (contra)culturais e políticos. Neste contexto, hippies, gays, negros, mulheres, artistas, estudantes e sindicalistas, dentre outros, abalaram os alicerces sócio culturais dos países centrais, evidenciando um descontentamento com os rumos gerais da vida social. Por fim, há que se destacar as mudanças relacionadas à *pós-modernidade*, que no mundo da cultura decretava o fim das vanguardas artísticas e, no plano das ciências humanas, produzia uma severa crítica ao racionalismo e às visões totalizadora da existência, em especial do marxismo.

Do ponto de vista externo, além dos contrangimentos inerentes à guerra fria e ao recrudescimento das demandas dos países periféricos (expressos em movimentos como o terceiromundismo²⁰ e a proposição da Nova Ordem Econômica Internacional – NOEI²¹), fatores como as crises do petróleo, de 1973 e 1979, bem como as crises da dívida externa, no México, em 1982, e no Brasil, em 1986, foram decisivos. A partir daí, os “trinta anos gloriosos” chegavam ao fim. Crises e recessões, em todo o mundo, conduziram ao aumento dos juros internacionais, ao reescalonamento da produção, enfim, a uma nova etapa de organização do capitalismo: a globalização e o neoliberalismo, cujos maiores próceres foram Margareth Thatcher (1979-1990) na Inglaterra; Ronald Reagan (1981-1989) nos EUA; e Helmut Kohl (1982-1998) na Alemanha.

Um retrato bastante nítido do neoliberalismo é fornecido pelo sociólogo Nildo VIANA, professor da Universidade Estadual de Goiás - UEG. Segundo o autor,

A formação do Estado neoliberal é produto das mudanças da sociedade capitalista, cuja origem se encontra no final da década de 1960, se esboça na década de 1970 e se efetiva no início dos anos 1980. A partir daí, inicia a chamada "reestruturação produtiva", marcada pela substituição do *fordismo* pelo *toyotismo* e modelos de gestão do trabalho similares. A reestruturação produtiva precisa, para ser implementada, da corrosão dos direitos

²⁰ Terceiro Mundo de acordo com a Teoria dos Mundos é uma designação genérica usada para designar nações de economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento. Aplica-se, geralmente às nações pobres da América Latina, da África e da Ásia. A origem do nome está na ideia do demógrafo francês Alfred Sauvy, que propunha a ideia de um *Terceiro Mundo*, inspirado na ideia do *Terceiro Estado*, usada na revolução francesa. Os países membros do chamado Terceiro Mundo deveriam se unir e revolucionar a Terra, como fizeram os burgueses e revolucionários na França. (Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Terceiro_mundo. Consultado em: 01 de abril de 2007).

²¹ Tentativa de reorganização das relações econômicas mundiais tributária dos movimentos terceiromundista e não aliados. Tem como um de seus estatutos mais importantes a Carta dos Direitos Econômicos, de 1974, promulgada pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

trabalhistas e de “flexibilidade” na esfera da produção para permitir o combate à queda da taxa de lucro generalizada que se iniciou no fim dos anos 1960. A implementação do toyotismo e modelos similares tem como objetivo aumentar a taxa de lucro, a produtividade por meio da reorganização do processo de trabalho (em equipe, círculo de controle de qualidade, *kan-ban*, *just-in-time*), da terceirização e outras ações que visam elevar a lucratividade. A subcontratação e outras medidas complementares requerem alterações na legislação trabalhista e o aumento do lucro exige perda de direitos nesta área. Isto tem um reflexo direto nas políticas neoliberais, tal como colocaremos adiante. Neste contexto, há mudanças nas relações internacionais (a chamada “globalização”), nas quais os países centrais têm como objetivo aumentar a transferência de lucro dos países pobres para os ricos. Os Estados Unidos são o principal arquiteto e beneficiado com este processo. Sua política ofensiva (...) e as guerras fazem parte da especificidade do capitalismo norte-americano, no qual a indústria bélica tem um papel proeminente. (...) As empresas transnacionais passam a ser cada vez mais importantes no âmbito mundial e os organismos internacionais, como Banco Mundial e FMI, assumem grande relevância neste processo de transferência de riqueza dos países pobres para os países ricos. O Estado neoliberal é o complemento destas mudanças, pois permite o desdobramento das novas relações Internacionais e da reestruturação produtiva, criando as condições legais, institucionais, políticas e estruturais para sua realização. O Estado neoliberal é a forma estatal necessária ao novo regime de acumulação (“pós-fordista”, “flexível” ou, como preferimos denominar, regime de acumulação integral), que é um complemento necessário ao processo de reestruturação produtiva e alteração nas relações internacionais e que se caracteriza por conter os gastos estatais, desregular o mercado, subsidiar o capital oligopolista e aumentar a política de repressão e vigilância social²².

Vê-se, assim, que globalização e neoliberalismo são as duas faces da mesma moeda. Vetores geminados de uma dinâmica econômica contemporânea, com abrangência, velocidade e intensidade inéditas na história dos povos, liberaram forças de mercado antes adormecidas e/ou disciplinadas quer pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas²³ e das relações de produção²⁴, quer pela ação dos Estados. Tal como consignado pelos internacionalistas Hans-Peter MARTIN e Harald SCHUMANN “a globalização entendida como o desencadeamento das forças do mercado mundial e a perda do poder do Estado é, para a maioria das nações, um processo forçado do qual não

²² VIANA, N. *Op. Cit.*, p. 18-20.

²³ Na economia marxista, forças produtivas são os elementos que exercem na sociedade uma influência para modificar ou transformar uma natureza, bem como a produção dos bens materiais, e que compreendem os meios de produção e os homens que deles se utilizam a força de trabalho. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as_produtivas. Consultado em: 01 de março de 2007.

²⁴ Relações de Produção é um conceito elaborado por Karl Marx e que recebeu muitas definições e utilizações posteriores. Resumidamente, as relações de produção são as formas como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho e distribuição no processo de produção e reprodução da vida material. Segundo a teoria marxista, nas sociedades de classes as relações de propriedade são expressões jurídicas das relações de produção. Assim, nas sociedades de classes, as relações de produção são relações entre classes sociais, proprietários e não-proprietários. As relações de produção, conjuntamente com as forças produtivas são os componentes básicos do modo de produção, a base material da sociedade. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_de_produ%C3%A7%C3%A3o. Consultado em: 01 de abril de 2007.

podem mais fugir.” Se isso é verdade, a questão final é: o consórcio da globalização e do neoliberalismo pode dar certo?

Conclusão.

Ponderando sobre a globalização, o jurista Adherbal Meira MATTOS, professor da Direito Internacional da Universidade Federal do Pará – UFPA, afirma que

A globalização possui várias características, mas, com certeza, as principais são de natureza econômica, financeira e social, de onde decorre a necessidade, por parte do Estado-Nação, de uma especial estratégia de participação, para conviver com as corporações financeiras transnacionais (TNCs). A nova ordem mundial, econômica e politicamente complexa, convive com o atual unilateralismo isolacionista, presente no plano dos direitos humanos, da diplomacia humanitária e da hegemonia global, o que se faz sensível, nos EUA, na não-ratificação do Protocolo de Kioto sobre Mudanças Climáticas e do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.²⁵

O foco nesta dimensão econômica, que negligencia elementos absolutamente centrais da vida, como os direitos humanos²⁶, produz efeitos nocivos à coexistência social. Avaliando estas consequências sociais da globalização e do neoliberalismo VIANA afirma que estas

São as mais variadas. A primeira e mais perceptível é o aumento da pobreza e da desigualdade. Mesmo nos países mais ricos há um índice elevado da miséria, da fome, do desemprego e diminuição do poder aquisitivo de amplas parcelas da população. Isto tem efeito sobre o mercado consumidor, onde a faixa mais pobre acaba tendo sua capacidade de consumo reduzida. A desregulamentação permite o aumento da exploração (corrosão dos direitos trabalhistas) e da perda de poder de pressão e aquisitivo por parte dos trabalhadores e deixa as empresas mais livres para utilizar trabalho infantil e outras estratégias que geram mais desemprego. Ao lado disso, o corte nos gastos estatais ocorre principalmente na redução das políticas sociais, diminuindo os investimentos de base em educação e saúde, gerando novas políticas sociais paliativas, que apenas amenizam os graves problemas existentes. Derivado disto há o aumento da violência, criminalidade e conflitos sociais, reforçando a justificativa para o aumento da política repressiva. Neste sentido, o sociólogo francês Löïc Wacquant tem razão ao colocar que o Estado neoliberal é um Estado penal.²⁷

²⁵ MATTOS, A.M. *Globalização hegemônica e tribunal penal internacional*. ARANA, J.; CACHAPUZ, R. (Coords.) Curitiba: Juruá, 2007, p. 15.

²⁶ Sobre os direitos humanos ver, dentre outros, PIRES FERREIRA, L. *Corte Criminal Internacional: contribuição à exegese dos direitos humanos*. ARANA, J.; CACHAPUZ, R. (Coords.) Curitiba: Juruá, 2007.

²⁷ VIANA, N. *Neoliberalismo: afinal o que é? Do contexto histórico e político à aplicação para o mundo moderno*. **Sociologia**. ano 1, n. 1, 2006, p[?].

Em outra fala qualificada, com foco privilegiado na dimensão estatal, Roberto Luis Silva, professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG afirma que

Em consequência da globalização da economia, há uma redefinição do papel do Estado, que se retira da atividade econômica direta, limitando-se às áreas de planejamento e assistência social. A globalização gera, também, uma massificação do consumo entre os Estados da Sociedade Internacional. Isso fortalece ainda mais o poder das empresas transnacionais, já que o consumo uniforme facilita o acesso a mais pontos do mundo.²⁸

Com bases nestes depoimentos, se pode afirmar, com segurança, que a globalização corresponde precisamente a esta nova etapa de afirmação do capitalismo, na qual o neoliberalismo atua, ao mesmo tempo, como ideologia e como matriz de interpretação/legitimação econômica e política. Inobstante, conquanto hegemônicos, a globalização e o neoliberalismo não são absolutos, nem incontestáveis. Seus efeitos deletérios, tais como miséria, desigualdade social, limitação ao exercício da soberania, recrudescimento da violência, aumento do fosso entre países ricos e pobres, *apartheid* social e tecnológico, corrupção e criminalidade, devastação ambiental, terrorismo, sobrefluxo de drogas, armas, urânio enriquecido e outras mercadorias proibidas e/ou de comércio controlado, ressurgimento dos nacionalismos e das políticas separatistas, desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, dentre tantos outros, já começam a se tornar evidentes. É isso que nos mostra a crise que, eclodida nos EUA, hoje impacta diretamente a Europa, em particular a Grécia.

Na América Latina, por exemplo, onde estas políticas foram impostas a partir dos anos 70, sendo sinteticamente consagradas pela expressão *Consenso de Washington*²⁹, a realidade social e política começa a cambiar. Os elementos mais visíveis desta reação social à globalização e ao neoliberalismo são as mudanças no exercício formal do poder político, representado pela ascensão de líderes cujas trajetórias são (ou parecem ser) avessas ao aprofundamento das ingerências globais e à ampliação das liberdades de mercado. Hoje, os símbolos mais visíveis destas mudanças são Hugo Chaves, na Venezuela, e Evo Morales, na Bolívia, e Cristina Kirchner, na Argentina. Forjados na reação aos efeitos nocivos da globalização e do neoliberalismo,

²⁸ SILVA, R.L. **Direito internacional Público**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 06.

²⁹ Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos EUA funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados, tais como o FMI, o Banco Mundial e o BID, além de técnicos e economistas de diversos países latino-americanos para um colóquio intitulado “Latin American Adjustment: how much has happened?”, promovido pelo Instituto de Economia Internacional. De caráter acadêmico e não deliberativo, o encontro registrou amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região e propiciou a oportunidade de coordenar ações por parte de entidades com destacado papel nestas reformas.

estes e outros agentes sociais forçam sua presença no jogo das relações internacionais. Assim, temas até então vistos como tabus, como o retorno de Cuba ao sistema interamericano³⁰ e a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas³¹, retornam à agenda das relações internacionais. A roleta continua a girar. Uma nova rodada se inicia. *Alea Jacta Est.*

Referências.

MARTIN, H.-P.; SCHUMANN, H. **A armadilha da globalização.** O assalto à democracia e ao bem-estar social. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, [s.d.].

MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista.** Petrópolis: Vozes, 1988.

MATTOS, A.M. *Globalização hegemônica e tribunal penal internacional.* ARANA, J.; CACHAPUZ, R. (Coords.) Curitiba: Juruá, 2007.

PIRES FERREIRA, L. **Estado, Globalização e Integração Regional.** Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

_____. Estado e soberania no contexto da globalização. GUERRA, S.; SILVA, R.L. **Soberania:** antigos e novos paradigmas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

_____. *Corte Criminal Internacional: contribuição à exegese dos direitos humanos.* ARANA, J.; CACHAPUZ, R. (Coords.) Curitiba: Juruá, 2007.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia e Administração.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** Do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, R.L. **Direito internacional Público.** Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

VIANA, N. *Neoliberalismo: afinal o que é? Do contexto histórico e político à aplicação para o mundo moderno.* **Sociologia.** ano 1, n. 1, 200[?].

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1987.

WIKIPÉDIA. <http://pt.wikipedia.org>.

³⁰ Cuba foi suspensa da OEA em 31/01/1962, após o governo castrista declarar-se socialista.

³¹ A Guerra das Malvinas foi iniciada pela Argentina como ato de desespero de seu regime militar, já moribundo. Tendo perdurado de 02/04/1982 a 14/06/1983, manteve as ilhas como território ultramarino da Inglaterra.